



GT 16. Antropologia, Saúde Pública e fabulações cosmopolíticas: etnografia e possibilidades simbiopoéticas de cuidar/fazer o mundo.

Coordenador(es):

José Miguel Nieto Olivar (USP - Universidade de São Paulo)

Maria Paula Prates (UFCSPA - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)

Colocamos em discussão três sistemas de produção de conhecimentos: a antropologia, a saúde pública e as cosmopolíticas. Trata-se de sistemas não equivalentes com relações não simétricas. Assumimos como ponto de vista a antropologia, principalmente de base etnográfica. Olhamos para a saúde pública como um campo fundamental de ação política e de gestão de novas e antigas formas de governo. Entendemos o marco cosmopolítico como um conjunto analítico e proposicional contemporâneo de extrema relevância para pensar “o mundo” nos seus limites e multiplicidades, em relação com formas possíveis de produção de conhecimento. Nos perguntamos: O que a antropologia brasileira contemporânea, objeto múltiplo e em franca transformação, tem a dizer sobre as relações possíveis entre antropologia e saúde pública no marco do conjunto de transformações e desastres que tem sido compreendidas como “fim do mundo”, Antropoceno, entre outros? Como a saúde pública pode se ver afetada no atravessamento de perspectivas antropológicas e etnográficas no marco do Fim do Mundo? Quais as possibilidades de uma antropologia da saúde, com sua tradição de corpos, curas, perturbações, saberes e emoções, no marco das propostas em curso sobre intervenções cosmopolíticas e intrusões de Gaia? Como alimentar etnograficamente os processos de cuidado, resistência, intervenção, intromissão e (re)feitura d/nos fins do(s) mundo(s), enquanto abre-se a possibilidade de reinvenção da antropologia?

A saúde autônoma no movimento zapatista: cosmopolítica e organização comunitária

Autoria: Ana Paula Massadar Morel (UFF - Universidade Federal Fluminense)

O Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN) e suas bases de apoio são formados predominantemente por indígenas falantes das línguas tzeltal, ch'ol, tzotzil e tojolabal que vivem na região de Chiapas, no México. O movimento veio a público a partir do levantamento armado de 1º de janeiro de 1994, quando reivindicaram o fim das grandes propriedades de terra e dignidades para os povos indígenas e pobres, em um contexto de racismo e exploração do work indígena. Desde então, o movimento é conhecido mundialmente por construir todo um modo de existência autogestionado e independente ao Estado mexicano e às instituições privadas, o que se convencionou chamar de autonomia zapatista. A autonomia está presente nas mais diferentes esferas da vida zapatista: educação, justiça, governo, work, comunicação e saúde. A partir de work etnográfico realizado na região, buscaremos explorar como se dá a construção cotidiana da saúde autônoma, tendo como foco as concepções de saúde em jogo e sua relação com a organização comunitária. A interlocução com promotores autônomos de educação e saúde possibilitou conhecer um pouco de uma potente ?imaginação conceitual? anti-capitalista e descolonial que compõe a própria noção de saúde em tzotzil. A saúde é ocupada pela noção de terra, já que para ter saúde é preciso pertencer a um cosmos, permeado pelo respeito recíproco com os mais diferentes seres, em uma luta constante para engrandecer o ch'ulel (espírito) e com isso caminhar para o lekil kuxlejal (bem-viver). Para colocar em prática esses princípios, o cuidado em saúde é protagonizado pela organização autônoma do movimento que dialoga diretamente com os saberes indígenas. As causas, problemas, possíveis soluções da área de saúde devem ser debatidas nas assembleias, que através da sua auto-organização apontam e executam as ações a serem



feitas. Os cuidados da saúde não são responsabilidade de um corpo de especialistas afastado da comunidade que detém o conhecimento biomédico - ainda que possam dialogar também com os saberes da medicina ocidental -, tampouco de indivíduos isolados que devem transformar seus hábitos para ter um ?estilo de vida saudável?, mas da organização comunitária atravessada pela relação com um cosmos, uma terra.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: